

PRISÃO E MORTE DE RUI OSWALDO AGUIAR PFÜTZEREUTER

Nadyr Rosseti

Deputado Federal

Reprodução de discurso proferido na sessão de 12 de junho de 1972.

O Sr. Nadyr Rossetti:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, “Confesso que eu, que chorava pelos animais, me regozijava lendo nos comunicados dos nossos Exércitos o número de alemães mortos a cada dia. Não imaginava os alemães como homens. Eles eram outra coisa: os inimigos. (Eugénio Ertuchenko, Autobiografia Precoce, pág. 35”).

Poder-se-ia dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o poeta Eugénio Ertuchenko, quando isso afirmava, o fazia por ser filho de uma geração que, ao invés de ser ninada pelo carinho da liberdade, nasceu sob o signo da violência e ao embalo do fragor das armas. Eram, naquela época, as ideias do nazi-fascismo que incendiavam o mundo e os povos, através do rastilho destruidor da força, engolfando em suas labaredas os direitos da pessoa humana e as liberdades democráticas.

Poder-se-ia pensar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que aquela negra página da História foi definitivamente riscada, porquanto proscritos da convivência social do mundo foram os homens que a escreveram. A História de todas as pátrias – embora as pátrias sejam perenes – é escrita pelos homens e, muitas vezes, manchada pelos erros que estes homens cometem. Engano de todos nós, aqueles que pensam que, com a erradicação do fascismo do mundo, acabou-se o império da violência. Haja vista o que ocorre, em caráter internacional no Vietnã. Se de uma parte se pensa – e quantos se iludem com isto – que as fronteiras ideológicas entre os mundos estão desaparecendo, de outra parte aprofunda-se sempre mais o fosso entre as nações, por interesses econômicos. As nações poderosas não têm o menor receio de, utilizando a violência e a força, afastar os inimigos políticos e os inimigos econômicos. Não é diferente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o quadro nacional. O Brasil, também, nada aprendeu com esta rude lição que a História nos deu. Se de um

lado tirou-se a conclusão de que a violência nada resolve, de outro, os governantes insistem em que somente a violência das armas resolve. Procuram, muitas vezes, acenar ao povo com o crescimento econômico, como se o pão pudesse substituir os ideais de liberdade e de democracia. Procuram, muitas vezes, como se faz hoje no Brasil, justificar as restrições à liberdade, à supressão dos direitos individuais da pessoa humana, com a necessidade que temos de desenvolver-nos economicamente. As necessidades físicas não podem jamais ter a primazia na solução das necessidades do homem. O homem, que é o elemento mais perfeito da Criação, tem necessidades de ordem moral, de ordem política e espiritual que lhe são superiores. Os direitos da pessoa humana não podem submeter-se às associações, aos sindicatos, aos partidos políticos, nem mesmo ao Estado, porque antecedem a todas essas associações. O Estado não pode dispor da pessoa humana a seu bel-prazer, quanto mais dispor da pessoa humana através da força e da violência. A grandeza de uma nação, a grandeza de uma civilização, a grandeza de um governo está exatamente no respeito à dignidade da pessoa humana.

Fiz esta pequena digressão de ordem quase doutrinária, respeitando as delimitações de minha inteligência, apenas para poder, inicialmente, inserir nos Anais desta Casa texto do documento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e, posteriormente, fazer à Nação, ao povo brasileiro, uma denúncia de torturas que conduziram à morte de um jovem. Embora os órgãos responsáveis pela segurança do País saibam do fato, o conheçam em todos os seus detalhes, até hoje dele não deram conhecimento à Nação Brasileira.

Diz a nota da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil:

“Infelizmente, quando outros episódios ainda não estão esclarecidos, temos a lamentar incidentes graves na Prelazia de Marabá, no Estado do Pará”.

Adiante, esta nota relata com detalhe, dando os nomes dos infratores fatos ocorridos na cidade de Palestina com um sacerdote e uma freira. Não vou, Sr. Presidente, ler todo o documento, mas apenas aquelas partes que mais interessam a esta Casa e ao povo brasileiro:

“Muito antes do Governo” – diz a nota – “há mais de 50 anos, a Igreja trabalhava na Amazônia. Não é justo que agora sejamos nós exatamente agredidos e desrespeitados”.

Mais adiante:

“Um destacamento militar, pertencente às Forças Armadas, que estava à procura de guerrilheiros na região de São Geraldo e São Domingos, prendeu o Padre Roberto e a Irmã Maria das Graças, imaginando tratar-se de dois terroristas impostores.”

Lá adiante:

“Depois de um primeiro interrogatório, no dia 1.º de junho, Padre Roberto e Irmã Maria das Graças foram conduzidos num jipe, juntamente com mais outro preso, à vista de todo o povo de Palestina. Aí foram levados a uma casa, onde os militares retiraram-se para um dos cômodos. Conversaram entre si por alguns instantes e em seguida voltaram. Fizeram sair as crianças, fechando, em seguida, as portas e as janelas da casa. O Tenente Alfredo dirigiu-se, então, ao Padre Roberto usando o tratamento de “tu” e chamando-o de “safadinho”. Começou a fazer-lhe várias perguntas ao mesmo tempo em que batia nele. “Por que tu tiraste os santos da Igreja? Por que tu andas sem batina? Por que tu fazes reuniões para falar mal do Governo? Por que tu falas mal do INCRA? Onde está o Padre Humberto?”

E aqui vem a gravidade do fato:

“A cada resposta que dava, Padre Roberto recebia pontapés e socos no peito, no estômago, nas costas e, sobretudo, na cabeça”.

Vai adiante o documento, dizendo, por fim, que os 3 presos foram amarrados com as mãos atrás das costas e uma corda no pescoço. Foram conduzidos para a cidade de Palestina. Lá, encontraram-se casualmente com o Bispo da jurisdição. E então, surpreendentemente, o tratamento que vinham recebendo naquele momento foi substituído por um tratamento melhor, que lhes foi gentilmente proporcionado pelo Major Othon, conforme consta do documento.

Entretanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não sei, pois não é possível imaginar, por que este sacerdote e esta irmã foram torturados, foram batidos, maltratados, se até mesmo aos nossos inimigos, aos nossos adversários políticos, devemos dar o império da lei. E o mais grave é que o manifesto determina exatamente aqueles que que torturaram, e parece, pelo que se lê no final da nota, que mais uma vez a impunidade será observada. O fato, Sr. Presidente, que é grave, não é tão grave quanto aquele que trarei ao conhecimento desta Casa e deste plenário, em nome do partido da Oposição.

Há poucos dias, o Líder em exercício do MDB, recebeu da cidade de Orleans, Santa Catarina, a seguinte carta:

“Ao Sr. Deputado Jairo Brum,
Líder do Movimento Democrático Brasileiro
Câmara dos Deputados
Congresso Nacional
Brasília – DF

Senhor Deputado,

Envio-lhe cópia de carta endereçada ao Sr. Presidente da República e cópia de cartas às autoridades, organismos e pessoas ligados à defesa dos direitos humanos, visando esclarecer as circunstâncias da morte de meu filho Rui Oswaldo Aguiar Pfützenreuter.

Solicito a V. Exa., seja o acontecimento levado a Plenário, através da bancada de vosso partido, pedindo

às autoridades responsáveis sejam abertas imediatas investigações sobre os fatos, assim como seja feita, por junta médica, nova autópsia, em vista do que expomos em cartas anexas.

Contando antecipadamente com a vossa devida atenção, subscrevemo-nos. – Oswaldo Pfützenreuter – Leônia Aguiar Pfützenreuter.”

Incumbiu-me, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Líder em exercício do meu partido de vir à tribuna cumprir a missão que nos foi confiada. O Sr. Oswaldo, pai desse jovem que foi morto, solicitou ao MDB que trouxesse ao conhecimento do Plenário da Câmara dos Deputados o acontecimento. Vamos fazê-lo agora; porém, peço vênias para, ao invés de fazê-lo com minhas palavras, dar ciência à Casa da carta que o Sr. Oswaldo enviou ao Sr. Presidente da República.

“São Paulo, 16 de maio de 1972.

Senhor Presidente,

Dirijo-me a V. Exa. como o mais alto dignitário da nação, assim como nesse momento me dirijo a todas as autoridades competentes para expressar a mais profunda indignação pela morte, em circunstâncias misteriosas, de meu filho Rui Oswaldo Aguiar Pfützenreuter nas mãos da polícia política no Estado de São Paulo. Solicito que V. Exa. com a autoridade que dispõe intervenha para esclarecer os fatos e punir os responsáveis.

Relato a seguir os fatos que cercam sua morte e forneço dados que permitirão compreender e facilitar as investigações:

Sou Exator federal aposentado, resido com minha família no sul de Santa Catarina, na cidade de Orleans. Meu filho Rui há doze anos saiu de casa para estudar em Porto Alegre, onde concluiu o curso de jornalismo na

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1964. Visitava-nos periodicamente desde que residia em São Paulo há seis anos, onde trabalhava na firma Equiplan.

Há dias fui avisado de sua prisão pela polícia política em circunstâncias nebulosas pois nunca mais foi visto, sendo porém líquido e certo que fora detido por volta, ou mais exatamente no dia 15 de abril.

Em São Paulo, para onde me desloquei imediatamente, apesar do meu precário estado de saúde me dirigi à Operação Bandeirante e ao DOPS, no dia 7 deste, onde me informaram: “nada consta”. Após buscar todas as formas imagináveis de localizar meu filho me dirijo novamente ao DOPS no dia 11, onde mais uma vez recebo uma resposta negativa e daí à OBAM onde, indignado e ansioso, faço um apelo dramático em alta voz que me deem notícias de meu filho, que pelo menos reconhecessem sua prisão e que me dissessem quando poderia estar com ele. Nada disso quebrou a frieza dos funcionários, nenhum deles – e todos sabiam da “via crucis” que se tinha transformado a minha vida – nenhum deles se dignou a dizer um a, uma orientação para encontrá-lo, nada. Nenhum deles disse o que todos sabiam e que temiam e temem que venha a público. Deste organismo (OBAM) me dirijo numa última tentativa ao Instituto Médico Legal, onde simplesmente nos informam que Rui deu entrada (em linguagem clara: morreu) no dia 15 e no mesmo dia foi enterrado no cemitério de Perus. As minhas perguntas, e quantas perguntas não fazem os pais em horas como estas?, responderam simplesmente: “vá a DOPS”, inclusive para obter autorização para retirar o atestado de óbito, como também autorização para transportar o corpo para sua terra natal. Dando-me o funcionário de nome Jair Romeu

um papel com o nome do Dr. Tácito, que era a pessoa que deveria procurar na DOPS. Na DOPS, o Dr. Tácito me diz desconhecer o caso e que passasse na próxima segunda feira (dia 15). Na data marcada lá estive, enviando o Dr. Tácito, ao Dr. Bueno que me exibiu entre diversos papéis o atestado de óbito e uma fotografia de meio corpo de meu filho depois de morto. Nesta fotografia aparecem duas nítidas manchas escuras, uma na face e outra no peito. Indicou-me este senhor o cartório onde deveria pegar o atestado de óbito. Informo ainda que sob o n.º 2.044 da fl. 521 do registro do IML está o nome de meu filho assinalado por duas setas vermelhas e entre parênteses a sigla “DOPS”.

No atestado de óbito consta como causa da morte: Anemia aguda traumática, atestado este firmado pelo Dr. Isaac Abramovich.

O que me causa estranheza, Sr. Presidente, é o fato do atestado não explicitar o motivo que causou esta anemia. Junta-se a isto os detalhes (manchas escuras) que aparecem na foto, eu pergunto que tipo de tratamento teve meu filho antes de falecer? Ou mesmo, o que causou concretamente sua morte? Conforme tem noticiado de forma limitada a imprensa denúncia de maus tratos a presos políticos. Levanto sérias dúvidas se meu filho não teria sido torturado antes de morrer, ou se não morreu exatamente em consequência de torturas?

No cemitério me informaram que foi enterrado no dia 19, contraditório com a afirmação do IML de que teria sido dia 15.

Quem não deve não teme, Sr. Presidente, tenho o passado limpo, de serviços prestados à Nação e a consciência livre para exigir a punição dos assassinos. Se

amanhã alegarem que a polícia política nada tem a ver com isto, pergunto desde já: Por que buscar autorização para o atestado de óbito no DOPS e não no IML que é o órgão responsável?

Sei que nada, é evidente, nenhuma medida devolverá a vida de meu filho e ele ao nosso convívio. Mas é que eu, como pai que corri de repartição em repartição, de negativa em negativa e encontro meu filho barbaramente assassinado, me sinto solidário com outros pais que encontrei na porta das prisões ansiosos por seus filhos e que poderão estar, quem sabe, na mesma situação de meu filho. E se tomo a iniciativa de denunciar e usar todos os canais legais para punir os responsáveis e conseguir dar ao meu filho um enterro digno em sua terra natal é para que amanhã outros pais não tenham que amargurados e silenciosamente enterrar seus filhos. Como se fosse possível enterrar junto com seus corpos as suas ideias, suas lembranças e a força renovadora da sua juventude.

Uma grande lição a vida me ensinou, e meu filho mais que ninguém a lição da solidariedade humana.

Senhor Presidente, tendo em vista os fatos expostos, nós, os pais de Rui, inconsoláveis, apelamos a Vossa Excelência no sentido de determinar urgentes providências que permitam a transferência do corpo para sua cidade natal, a realização de exame por banca de médicos legistas que permita saber concretamente a *causa mortis* e a imediata punição dos responsáveis.

Entrego às vossas mãos o problema assim como a minha segurança pessoal e a de minha família.

Atenciosamente – Oswaldo Pfützenreuter”

O Sr. Lisâneas Maciel – V. Exa. está lendo um documento nobre Deputado Nadyr Rossetti, de alta dramaticidade. Mas, infelizmente, não é um documento singular. Desde o ano passado o partido da Oposição, repelindo a violência, venha de onde vier, repelindo o terrorismo da subversão tanto quanto o da repressão, vem denunciando estes fatos ao Plenário. E as promessas tem sido sempre as mesmas: não há prova insofismável de que estes fatos estejam acontecendo. Considero o pai desse moço que morreu um homem feliz nas atuais circunstâncias, por duas razões. Em primeiro lugar, porque encontrou o corpo do filho morto, quando há centenas de pais que não conseguem sequer o corpo para enterrar. Há esposas que não conseguem o corpo de seu marido para enterrar. Este pai teve a felicidade de, pelo menos, saber que seu filho foi morto. E, na sua ingenuidade, deixa até transparecer algumas dúvidas sobre de que elementos teriam partido as equimoses que foram encontradas no corpo do seu filho. O segundo motivo, Sr. Deputado, é que muitas vezes, o conhecimento da verdade liberta. Esse senhor recebeu uma lição de solidariedade humana pela morte de seu filho, uma lição de compreensão, de lutas por ideais que ele mesmo não entendera no passado. Só a morte redentora de um ente querido talvez lhe tenha trazido esse conhecimento. Há poucos dias, nobre Deputado Nadyr Rossetti, um dos jovens desaparecidos, Stuart Angel – não temos a menor dúvida sobre o seu destino – foi absolvido por uma das Auditorias, depois de o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana ter mandado arquivar o processo de seu desaparecimento. Sua mãe está ainda à procura do seu corpo. Há poucos dias, toda a Nação se movimentou, num gesto de solidariedade pelo desaparecimento de um cônsul que fora raptado. Quando outra senhora escrevia carta às altas autoridades, pedindo o corpo do seu marido, que era professor, também não se sabia onde estava enterrado. Até onde, Srs. Deputados, estes fatos vão acontecer nesta Nação? Até quando essas coisas vão acontecer com o silêncio desta Casa? Outro dia um Vice Líder da ARENA me pedia provas. Eu disse: “Na mesma cadeira em que V. Exa. está sentado, sentou-se um dia Rubem Paiva, que está desaparecido. Que outras provas quer? Atrás de V. Exa. está a bancada da imprensa. Um dos jornalistas foi preso e ainda continua preso num dos quartéis de Brasília. Assim poderíamos citar dezenas e dezenas de outros casos. E este Congresso permanece calado, submisso, acovardado. Aqui temos homens

ilustres, quer da ARENA, quer do MDB. Mas o Congresso está agachado, Sr. Deputado. Fatos como os aqui relatados não podem acontecer nunca numa Nação cujo povo que repudia a violência, venha de onde vier. Mas estes fatos estão acontecendo todos os dias. É preciso que se diga – não sou católico, mas evangélico – que a Conferência Nacional dos Bispos denunciou a prisão de clérigos, que estão sendo seviciados, torturados. Há poucos dias, o Bispo D. Pedro Casalgaglia, da Prelazia de São Félix, na mesma Amazônia Legal, cujo progresso e desenvolvimento fantástico o Governo tanto apregoa, denunciou fatos graves de perseguição a padres. Novamente ficamos silenciosos. E vem a Conferência Nacional dos Bispos denunciar. O Congresso, hoje, são essas entidades que fora do Parlamento, tem a coragem de levantar a voz para denunciar fatos graves como esses que estão acontecendo no País. Poderia acrescentar à carta que V. Exa. leu a de outro pai, um pastor protestante, da cidade de Passa Quatro, Minas Gerais, cujo filho está morto. Seus termos são quase os mesmos. Trata-se de homem de passado conservador, e seu filho apenas participou de um Congresso da UNE, em São Paulo. Está morto, nobre Deputado. Quanto a esses, não há dúvida. Mas aquela mãe quer o corpo do filho para sepultar. E nós continuamos com esta atitude de estagnação, que nos envergonha como parlamentares e em nada enobrece este Congresso que hoje representa mero eco das atitudes mais que suspeitas do Executivo, ao qual dá respaldo e que tem de se apresentar perante os olhos do povo de um País livre e independente; não uma nação submissa a uma ditadura e que não quer encontrar seu verdadeiro destino de nação desenvolvida.

O SR. NADYR ROSSETTI – Nobre Deputado Lisâneas Maciel, V. Exa. nada mais fez do que arrolar mais alguns casos à denúncia que faço. Recordo muito bem o quanto, na legislatura passada, companheiros nossos, desta mesma tribuna, denunciaram e pediram às autoridades providências para que se pusesse um fim à violência e às torturas em nosso País. Diz bem V. Exa.: nenhuma medida efetiva foi adotada. E quantas vezes ouvimos de parte das lideranças do Governo, nesta Casa, a promessa formal de que providências haveriam de ser tomadas pelo Governo. Recordo-me, ainda de que, no caso de Rubem Paiva, trazido a este Plenário pelo vibrante e corajoso Deputado de Pernambuco, Marcos Freire, recebeu S. Exa. do Vice Líder da ARENA na

oportunidade, Deputado Nina Ribeiro, a promessa de que pessoalmente haveria de tomar interesse pelo caso. E, não faz muito tempo, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, já falido, pediu o arquivamento do processo 5 votos a 4. Que medidas foram tomadas pelo partido do Governo e pelo Governo para esclarecer a morte de um operário Gustavo Jansen, de São Paulo, do jovem Jones, do Paraná e de tantos outros? Nenhuma. A impunidade dos responsáveis por esses fatos continua a imperar. Pode ser altamente temerário para o partido da Oposição trazer ao conhecimento do povo esses fatos, mas nós o fazemos. Não podemos silenciar quando um velho pai, do interior do nosso País, corajosamente assume perante a Nação a mais bela de todas as posições de solidariedade humana. Diz ele em sua carta que nada devolverá a vida do seu filho. Mas não quer que ocorra a outros filhos o que aconteceu ao seu. Não quer que aqueles pais que ele encontrou à porta das prisões tenham um dia de sofrer o mesmo choque triste de encontrar o seu filho também barbaramente assassinado.

Não podemos silenciar, pois o exemplo que nos dá esse velho homem do interior de Santa Catarina é de ser seguido.

O Sr. Marcos Freire – Nobre Deputado, já foi dito aqui que é longa lista das vítimas da violência institucionalizada neste País. E foi recordado, inclusive, que o partido da Oposição, nesta Casa, não tem calado a sua voz, denunciando tantos casos quantos cheguem ao seu conhecimento. Mas, apesar dessa posição corajosa que tem tomado o meu partido, infelizmente continuam a se suceder os casos de violência. E não precisamos lembrar episódios de anos anteriores, ou mesmo de meses recentes, porque ainda agora, há três ou quatro dias, líamos no conceituado jornal “O Estado de São Paulo” notícia que textualmente denunciava à Nação:

“Uma semana depois de o jornalista José Maria Ferreira, de 17 anos, denunciar ao Juizado de Menores da Guanabara que foi seviciado por policiais da 1.^a Delegacia, surge nova acusação contra aquele Distrito Policial. O desenhista profissional Djalma de Souza disse ontem, em audiência na 24.^a Vara Criminal, que foi surrado e torturado com choques elétricos nas orelhas e

nos órgãos genitais, por um alcaguete de nome Antônio, na 10.^a Delegacia, que fica em Botafogo.”

Essa a edição do dia 7 deste mês; no dia seguinte o desenhista dizia expressamente o que sofreu nas mãos das autoridades públicas. Eis as suas palavras:

“Eles amarraram meus braços e minhas pernas – contou o desenhista – passaram um ferro sob minhas pernas e me deram choques com o magneto para me obrigarem a confessar o roubo de um Volkswagen. Quando eu desmaiava, eles me jogavam água fria na cabeça. Torturado e molhado, eles me davam novos choques. Era de enlouquecer. Encostavam a ponta de um fio nos meus órgãos genitais e outra na ponta de minhas orelhas. Eu pedia para morrer.”

Nobre Deputado Nadyr Rossetti, faz bem V. Exa. em trazer novamente à apreciação desta Casa casos de violência dos direitos da pessoa humana. Está se tornando regra geral, tanto em crimes comuns como em crimes políticos, empregar-se a violência para se arrancarem confissões que nem sempre retratam a verdade, mas que são feitas em desespero de causa. Não é possível que isso ocorra num País que se diz cristão, sob um Governo que diz preservar as melhores tradições desta Nação. Portanto, acredito que neste instante V. Exa. esteja falando em nome de todos os patriotas deste País.

O SR. NADYR ROSSETTI – Muito obrigado, nobre Deputado Marcos Freire. Nada mais faço, nesta tribuna, do que continuar a trilha pelo líder Pedroso Horta e por V. Exa. aberta na Sessão Legislativa passada. Lamentavelmente, nós, da Oposição, nada mais podemos fazer do que trazer esses fatos ao conhecimento da Nação, e não ao Governo, que os conhece muito bem. Entretanto, hoje, ao término do meu discurso, tentarei, quem sabe, se assim o entender a Presidência desta Casa e o permitirem os ditames constitucionais e regimentais, fazer com que a Câmara dos Deputados, representante que é de todo o povo brasileiro, tome uma atitude mais enérgica,

uma posição mais corajosa ao lado do povo, especialmente dos que sofrem, dos que são torturados, violentados e mortos pelos próprios agentes da Lei.

O Sr. JG de Araújo Jorge – Prezado colega Nadyr Rossetti quero trazer também a minha solidariedade ao pronunciamento que V. Exa. faz neste momento. Gostaria apenas de destacar que, no aparte aqui apresentado, o meu colega Deputado Lisâneas Maciel foi simplesmente injusto quando se referiu ao fato de que esta Casa permaneceu ou tem permanecido silenciosa diante de tantos acontecimentos como esses, que envergonham uma nação civilizada. O prezado amigo Lisâneas Maciel sabe mesmo que, nessa tribuna, Deputados como Marcos Freire, eu próprio e tantos outros do MDB sempre verberamos não apenas o terrorismo da subversão, mas o terrorismo da repressão. Consideramos este, inclusive, pior até do que o primeiro, simplesmente porque para o da subversão às vezes se encontram justificativas, enquanto para o terrorismo da repressão, jamais. Ao primeiro são os jovens muitas vezes levados por circunstâncias as mais diversas – o próprio Governo trouxe, várias vezes, alguns desses jovens à televisão, para se retratarem, para se penitenciarem pelo fato de terem escolhido caminhos que consideraram, posteriormente, errados, comprovando, portanto, sua recuperação – verificando-se, mesmo, a participação de uma parcela das mais importantes na vida do País, qual seja a nossa mocidade universitária. Se, portanto, a subversão tem, às vezes, motivos para ser compreendida, o terrorismo repressivo, adotado violentamente por um Governo forte, que tem todos os elementos para dirimi-lo e evitá-lo, não pode, entretanto, ser perdoada. Trazemos dados ao pronunciamento de V. Exa. Foi em virtude do que dissemos, aqui no Parlamento, que o Governo, inclusive, alterou como V. Exa. sabe, a estrutura do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Aqui mesmo tivemos oportunidade de dizer, quando companheiros nossos do MDB dele não mais participavam, que não estávamos dispostos a segurar a alça do caixão de um órgão que não mais existia. Lamentamos profundamente que a Ordem dos Advogados do Brasil, em decisão recente de seu Conselho, tivesse resolvido manter seu representante. Mas a imprensa noticiou o ponto de vista de dois advogados, representantes da OAB, Seção do Paraná, que estavam presentes à reunião. Disse o primeiro advogado, Dr. Heleno Fragoso:

“Em 1969, fui sequestrado e exercia na época a Vice Presidência da OAB – e, até hoje os membros do CDDPH não informaram nem qual é o relator deste processo se é que existe processo. Nada então é feito para acabar com essas violências e tudo isso constitui verdadeiramente uma farsa.

- Não somos desmemoriados e temos de constatar a realidade presente. Não podemos temer em dizer as coisas assim como elas devem ser ditas. Qual foi, por exemplo, a decisão dada no caso Rubem Paiva, morto por ordens do Poder Público? Arquivou-se o processo 5 votos contra 4. O que foi feito para se apurar a morte de Stuart Edgar Angel Jones, morto como tantos outros? Eu tinha tudo: o local onde foi sequestrado, os nomes das testemunhas e tudo o mais. Mas nada foi feito, pois não tive nem mesmo condição de exercer a minha função de advogado.”

O Sr. Augusto Sussekind de Moraes Rego, também representante do Paraná, falou em seguida, dizendo que apoiava tudo aquilo que havia sido dito pelo Sr. Heleno Fragoso, “pois como ele também foi sequestrado, encapuçado, levado para local ignorado”.

Eu citaria um exemplo, pois tive conhecimento ainda, no Rio de Janeiro, de um caso doloroso ocorrido com o filho do Professor Satamine Arruda, do Colégio Pedro II. Rapaz jovem, geólogo, foi preso em São Paulo, sem nenhuma culpa formada. Numa daquelas batidas da Polícia Política foi levado e até que se provasse alguma coisa o rapaz desapareceu. Quando apareceu era um hemiplégico, inutilizado pelas torturas a que foi submetido, ele, que seria um elemento a participar da atividade intelectual de que tanto precisa o País. No momento em que V. Exa., mais uma vez, assomando a tribuna desta Casa em nome do MDB, traz ao conhecimento da Nação fatos como este, aqui estamos todos para fazer coro com V. Exa., na expectativa e na esperança remota de que alguma coisa ainda possa ser feita em defesa da verdadeira segurança do País.

O SR. NADYR ROSSETTI – Muito obrigado, nobre Deputado JG de Araújo Jorge. Poderíamos passar horas e horas neste plenário, tanto que nos encontramos nesta tribuna, quanto aqueles que nos aparteiam, relatando casos de torturas e de mortes praticados, após 1964, em nosso País. Entretanto, quantas e quantas vezes temos de nos restringir especificamente a determinados fatos por imperativo de ordem regimental? Por isto, Sr. Presidente, antes de conceder novos apartes, gostaríamos de fazer uma pequena análise da carta que acabamos de ler, carta evidentemente comovente, evidentemente heroica, prenhe de solidariedade humana.

Tem razão o velho e sofrido Oswaldo: ideias não morrem, ideais não se enterram nos túmulos dos cemitérios. São como as flores que antes de emurcheçar transmitem o seu pólen, para redesabrocharem em outro caule. As ideias renovadoras da mocidade brasileira a violência não vence, a tortura não esmaga, a força não destrói. É triste dizer a este velho Oswaldo e à sofrida mãe Leônia que seu filho é mais uma vítima da terrível sina do povo brasileiro, de ter de gerar a liberdade e a democracia no sangue e na dor, especialmente da sua juventude. Na denúncia pública que fazem está a grandeza do gesto, o sentimento de solidariedade humana aos outros pais que encontraram às portas das prisões da Polícia Política de São Paulo. Eles não querem que as lágrimas que de seus olhos jorraram e a dor que lhes banha o coração batam um dia às portas de outros pais e de outras mães. Na certeza da perenidade da ideias e dos ideais da juventude, propuseram-se esses dois velhos de Orleans, Santa Catarina, a exclusividade do sofrimento. A Pátria e o povo brasileiro muito haverão de dever a esses pais, como a tantos outros que se veem privados de seus filhos, arrastados de seus lares pela violência.

Esta é uma carta altamente comprometedora para a Polícia Política de São Paulo. Se tivéssemos tempo, na tarde de hoje, haveríamos de, como modesto advogado, fazer-lhe uma análise profunda, como meio de prova que incrimina aquela Polícia. Entretanto, talvez não falte oportunidade para isso.

O Sr. Jaison Barreto – Nobre Deputado Nadyr Rossetti, não faltarão aqueles que julgarão a sua manifestação de hoje como inoportuna, exatamente porque o conhecimento desses fatos talvez não lhes permita, no futuro, um reencontro com as suas consciências. Referiu-se V. Exa., no início do seu

discurso, à Alemanha nazista, e eu recorro a um fato: em contato com homens que viveram àquela época, na Alemanha, ainda hoje, quando por qualquer razão nos referimos às tragédias dos dias de Hitler, como a se desculparem, alegam: “Nós não sabíamos, o Sr. pode acreditar; nós não tínhamos conhecimento daqueles campos de concentração; nós vivíamos num país bom, num país rico, num país que crescia, num país que era patriota, num país que vibrava.” Compreendemos a angústia e, até certo ponto, o conforto dessa justificativa. Mas aqueles que hoje ouvem a manifestação de V. Exa., que tomam conhecimento do Brasil de nossos dias, do Brasil que o Movimento Democrático Brasileiro tem mostrado oportunidade por oportunidade, não poderão dizer o mesmo. Talvez, quando se escrever a verdadeira história desta Revolução, que veio pregando a liberdade e hoje angustia por exemplo, a família deste bravo de Santa Catarina, da qual me orgulho de ser filho, se reconheça que a nossa pregação tem sido no sentido de que esta Nação se torne mais humana, mais justa e mais cristã.

O SR. NADYR ROSSETTI – Muito obrigado, Deputado Jaison Barreto.

Sr. Presidente, V. Exa. já me chama a atenção. Apenas pediria à Mesa que fossem incluídos no meu discurso – já que possível não foi fazê-lo – uma relação de órgãos e de pessoas a quem Oswaldo enviou a mesma carta que acabei de ler a este Plenário, o atestado de óbito e uma autorização da DOPS de São Paulo para exumar-se o cadáver.

1. Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (1)
2. Líder do MDB na Câmara e Senado (3)
3. Líder da ARENA na Câmara e Senado (5)
4. Ordem dos Advogados do Brasil (6)
5. Associação Brasileira de Imprensa (7)
6. Ministro da Justiça (8)
7. Imprensa
 - 7.1 Revista Veja
 - 7.2 O Estado de São Paulo
 - 7.3 Jornal do Brasil
 - 7.4 Correio da Manhã
 - 7.5 O São Paulo
 - 7.6 Semanário Política
 - 7.7 O Pasquim
 - 7.8 Jornal de Debates
 - 7.9 Tribuna da Imprensa
8. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (18)

9. D. Helder Câmara – Olinda e Recife
10. D. Valdir Calheiros – Volta Redonda
11. D. Fragoso – Ceará
12. D. Evaristo Arns – São Paulo
13. D. Ivo Lorscheider – Porto Alegre
14. D. Jorge – Santo André (25)
15. Pastoral Operária
16. “Anistia Internacional” – França
17. Organização das Nações Unidas – C.A.D.H.
18. Organização dos Estados Americanos – C.D.D.H.
19. Cruz Vermelha Internacional
20. Vaticano (31)

CERTIDÃO DE ÓBITO

Livro 165 – Folha 35-v. – Número 184.759

Certifico que, no livro competente de Óbitos, deste Cartório, foi feito o assento de Rui Osvaldo Aguiar Pfützenreuter, falecido no dia quinze de abril de mil novecentos e setenta e dois (15-4-1972), as 0h1min, na rua General Salgado Santos nº 25 – P. S. Lucas, do sexo masculino, de cor branca, profissão auxiliar de escritório, natural de Orleans, Santa Catarina, residente à rua Almirante Barroso nº 110, com trinta anos de idade, estado civil solteiro, filho de Osvaldo Pfützenreuter e Leônia Aguiar Pfützenreuter.

Atestado de óbito firmado pelo Dr. Isaac Abramovici – Legista, que deu como causa da morte anemia aguda traumática.

Sepultado no Cemitério de Perus.

Foi declarante: Miguel Fernandes Zaninello.

O referido é verdade e dou fé.

São Paulo, 15 de maio de 1972 – Nilton de Souza Flores.

SECRETARIA DO ESTADO DOS NEGÓCIOS DA
SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E
SOCIAL

Delegacia Especializada de Ordem Política

Largo General Ozório, 116 – 4.º andar

Of. N.º 391/72

São Paulo, 17 de maio de 1972.

Ilmo. Sr.

Dr. Fábio Pereira Bueno

M. D. Diretor do Departamento de Cemitérios

Nesta

Esta Delegacia Especializada de Ordem Política, com a aquiescência dos Órgãos de Segurança, autoriza a exumação e transporte do corpo de Rui Oswaldo Aguiar Pfützenreuter, do Cemitério desta Capital (Cemitério de Perus), para o Cemitério Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, onde será sepultado no jazigo da família.

Reitero a Vossa Senhoria, os protestos de distinta consideração e alto apreço.

O Delegado Titular da Delegacia Especializada de Ordem Política – Alcides Cintra Bueno Filho.

Para que não passe a abusar do Regimento e da paciência de V. Exa., Sr. Presidente, vou encerrar o meu pronunciamento, dizendo que, instruído com uma cópia da carta enviada à liderança do meu Partido, com o atestado de óbito, com a relação de personalidades e órgãos ligados diretamente à segurança dos direitos da pessoa humana, envio à Presidência desta Casa o seguinte pedido de informações:

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência sejam solicitadas ao Poder Executivo, através do Ministério da Justiça, as seguintes informações:

1.º) quais as providências tomadas relativamente à constituição de uma junta médica para necropsia que visa esclarecer as circunstâncias da morte de Rui Oswaldo Pfützenreuter, conforme solicitação formulada pelo pai do acima referido, diretamente ao Sr. Presidente da República, em ofício de 16 de maio do corrente, incluso a este?

2.º) quais as providências tomadas para abertura do inquérito para as investigações sobre o fato, relatados, e, também, requeridos naquele mesmo ofício, cuja cópia foi enviada ao Sr. Ministro da Justiça?

Sala das Sessões, 12 de junho de 1972. – Deputado Nadyr Rossetti.

Este requerimento, Sr. Presidente, será o encerramento do meu discurso, não sem antes afirmar que sinceramente estamos empenhados em que sejam varridas do solo pátrio a violência, a tortura e a morte aos inimigos políticos do Governo. Se S. Exa., o Sr. Presidente da República, pretende realmente fazer um governo que represente a nação brasileira, deverá, por mais velhas que sejam as máximas do Estagirita, fazer um governo que represente a sabedoria, a justiça, a moderação e a humanidade.

O Sr. Marcos Freire – Quero apenas dizer como julgamos oportuno o requerimento final que V. Exa. anunciou, porque talvez vá permitir que fique superada aquela observação feita em aparte a V. Exa. pelo Deputado Lisâneas Maciel, quando falou a respeito do silêncio desta Casa acerca dos inúmeros episódios de violação dos direitos da pessoa humana. Não que, na verdade, aqui não se tenham feito ouvir vozes várias combatendo e denunciando fatos estarrecedores, mas é que esta Casa, como instituição, jamais se manifestou,

inclusive através da sua alta direção. Porque o que mais escandaliza e revolta é talvez, sem a ocorrência das violências, que poderiam até em tese ser atribuídas a abusos de certas autoridades subalternas, a impunidade, quase sem exceção, dos responsáveis por todos os fatos que tem sido denunciados através da voz da Oposição. V. Exa., portanto, com a solicitação que faz nesse fim do seu discurso, talvez faculte à Casa a oportunidade de sanar a omissão em que ela como instituição vem incorrendo. De modo que, quando se declarar aqui, que esta Casa não tomou posição diante de inúmeros outros casos de violações dos direitos da pessoa humana, não se dirá que nós, Deputados, nos tivéssemos calado, e sim se dirá que o Poder Legislativo, constituído de representantes do povo, precisa oficialmente tomar uma atitude, encarecer uma providência do Executivo, sob pena de, omitindo-se ela e ele, passarem a ser coniventes nesses fatos delituosos que enlutecem a Nação, que lhe atingem mesmo a dignidade.

O SR. NADYR ROSSETTI – Nobre Deputado Marcos Freire, eu agradeço, mas com este requerimento procuro apenas colaborar para que o Congresso Nacional realmente assuma a posição de defensor dos interesses e das aspirações do povo.

Vou terminar, Sr. Presidente. Já havia iniciado a peroração e vou concluir repetindo: gostaríamos que o Governo se estribasse nestas quatro virtudes, a sabedoria, a justiça, a moderação e a humanidade. Mas, por certo, não será sábio o governo que não penetra nas aspirações do seu povo, especialmente os ideais renovadores da sua juventude. Não será justo, por certo, o governo que olvide na impunidade os agressores da justiça, especialmente os agentes da lei que atuam à penumbra das prisões. Moderado deixará de ser, Sr. Presidente, o Governo que deixa sobrepor a tortura, a violência, o arbítrio à razão e à verdade. Moderado não poderá ser o governo que não sabe adequar exatamente os meios de repressão para equilibrar o bem público com os direitos individuais dos cidadãos. Humano jamais haverá de ser o governo que não respeite a vida humana.

Os corpos destes jovens, destes operários brasileiros poderão estar nas prisões, poderão estar desaparecidos, poderão estar nos túmulos dos cemitérios, mas o seu espírito está livre e a sua dor física e moral haverão de

fazer renascer, em nosso País, a liberdade e a democracia. E nós vamos vê-la e vamos vivê-la. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)